

Porto: a água não pode ser privatizada!

1. O anúncio pelo presidente da Câmara do Porto da intenção de obter 30 milhões de euros pela privatização de 45% da empresa municipal Águas do Porto durante 30 anos, é mais uma gravíssima delapidação dos ativos do município.
2. Esta actuação de Rui Rio confirma o que o Bloco de Esquerda/Porto tem dito: para “tapar os buracos” causados pela desastrosa gestão financeira do município, a Câmara dirigida pelo PSD e CDS/PP está há vários anos a fazer desaparecer o património municipal. Obtém agora receitas, que rapidamente desaparecem sem que haja desenvolvimento ou criação de infra-estruturas que se traduzam em crescimento e emprego. Cada ano de gestão da coligação de direita PSD/CDS-PP está a ser um enorme desperdício do património, dos recursos e das potencialidades da cidade do Porto.
3. A privatização parcial da empresa municipal Águas do Porto é inaceitável. A água é um bem público essencial, que não pode passar para o domínio do negócio privado. Em época de grandes dificuldades é preciso evitar que a comercialização da água agrave o seu custo, como tem acontecido em todos os municípios onde os serviços foram privatizados.
4. O BE/Porto referiu em 2006 que a transformação dos então SMAS do Porto na empresa municipal Águas do Porto era meio caminho andado para a privatização e não traria qualquer vantagem para a cidade, nem para os trabalhadores, nem para os mais de 150.000 consumidores. O que aconteceu depois confirma a apreciação do BE: em vez dum órgão próprio - conselho de administração - as Águas do Porto passaram a ser dirigidas pelo coordenador dum chamada “Comissão de Estruturação”. E de acordo com o boletim municipal “Porto Sempre” de Janeiro de 2009 foi contratada uma empresa, a *GIDEA – Innovation and Development for the Water Industry Lda.* (cujos únicos titulares são o próprio coordenador, a cónjuge e o filho) por 128.000 euros/ano, procedimento absolutamente inaceitável na gestão dum empresa municipal. Os trabalhadores, incluindo os reformados, viram ser postos em causa os complementos de reforma para que contribuíssem durante anos. Os consumidores também ficaram a perder: passou a ser aplicada uma taxa de juro usurária de 1% ao mês em caso de mora e foi extinto o provedor do cliente, cargo exercido pelo cidadão Mário Brochado Coelho.
5. Com a Câmara de Rui Rio, a cidade está a ficar sem o seu património. O BE/Porto lutará contra a privatização da água. E irá defender propostas nesse sentido. Rui Rio não tem legitimidade política para tirar à cidade a gestão desse bem público tão essencial à vida.

Porto, 10 de Novembro de 2011

O grupo municipal do Porto do BE